

FRANCISCO LEITE DUARTE



DIREITO TRIBUTÁRIO

◆
TEORIA E PRÁTICA

2.ª edição revista, atualizada e ampliada

■

THOMSON REUTERS
**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

DIREITO TRIBUTÁRIO – Teoria e prática

FRANCISCO LEITE DUARTE

1.ª edição: 2013



Diagramação eletrônica: TCS - Tata Consultancy Services - CNPJ 04.266.331/0001-29

Impressão e encadernação: Geo-Gráfica e Editora Ltda., CNPJ 44.197.044/0001-29.

© desta edição |2015|

EDITORIA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.

MARISA HARMS

Diretora responsável

Rua do Bosque, 820 – Barra Funda

Tel. 11 3613-8400 – Fax 11 3613-8450

CEP 01136-000 – São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

CENTRAL DE RELACIONAMENTO RT

(atendimento, em dias úteis, das 8 às 17 horas)

Tel. 0800-702-2433

e-mail de atendimento ao consumidor: sac@rt.com.br

Visite nosso site: www.rt.com.br



Profissional

Impresso no Brasil

|07-2015|

Fechamento desta edição

|13.07.2015|



ISBN 978-85-203-6022-4

Prólogo à 2. ^a Edição	9
--	---

Parte I

Sistema Tributário Nacional e Normas Gerais de Direito Tributário

Capítulo 1 SOCIEDADE, ESTADO E DIREITO

1.1 Sociedade	29
1.2 Sociedade política	31
1.3 Estado	31
1.3.1 Origem	32
1.3.2 Estado e Direito	33
1.3.3 Estatuto jurídico máximo: a Constituição	36
1.3.4 Atuação estatal	38
1.4 Estado brasileiro: valores, fundamentos e objetivos	39
1.5 Estado brasileiro: princípios políticos e jurídicos referenciais	42
1.6 Direitos e garantias fundamentais: esteio do estatuto constitucional do cidadão-contribuinte	45
1.7 Jurisprudência STF	48
1.8 Jurisprudência STJ	49
1.9 Tempo de refletir: desigualdade social e tributação no Brasil	51
1.10 Leitura recomendada	52

Capítulo 2 INGRESSOS PÚBLICOS

2.1 Atividade financeira do Estado	53
2.2 A Constituição Financeira	59
2.3 Estudo da atividade financeira	61
2.4 Os recursos públicos	63
2.4.1 A receita pública	64
2.4.2 Receita pública derivada	66
2.4.3 Formas de obtenção de recursos pelo Estado brasileiro	68
2.5 Jurisprudência STF	70

2.6	Jurisprudência STJ	71
2.7	Tema e elementos para reflexão: Estado, cidadania e tributos	72
2.8	Leitura recomendada	73

Capítulo 3 O TRIBUTO

3.1	O tributo	75
3.1.1	Características	78
3.1.2	Classificação	85
3.1.2.1	Quanto à repercussão econômica	85
3.1.2.2	Quanto ao aspecto valorativo da incidência	86
3.1.2.3	Quanto aos aspectos objetivo e subjetivo da incidência	90
3.1.2.4	Quanto à titularidade da competência tributária	93
3.1.2.5	Quanto à vinculação do fato gerador à atuação estatal	94
3.1.2.6	Quanto à vinculação da receita	94
3.1.2.7	Quanto ao exercício da competência tributária	95
3.1.2.8	Quanto à finalidade	95
3.1.3	Funções do tributo	97
3.1.4	Jurisprudência STF	98
3.1.5	Jurisprudência STJ	99
3.1.5.1	Atividades com jurisprudência	100
3.1.6	Leitura recomendada	100

Capítulo 4 ESPÉCIES DE TRIBUTO

4.1	As diversas teorias sobre as espécies de tributos	103
4.2	Insumos doutoráveis para uma taxilogia	104
4.2.1	O fato gerador	104
4.2.2	A base de cálculo	106
4.2.3	A destinação do produto da arrecadação	110
4.2.4	Restituição do tributo	112
4.3	Impostos	114
4.3.1	Conceito	115
4.3.2	Imposto do Brasil	116
4.3.3	Classificação	117
4.4	Taxas	118
4.4.1	Taxas e impostos	120

4.4.2	Taxas em espécie.....	121
4.4.2.1	Taxas de polícia	122
4.4.2.2	Taxa de serviço	125
4.4.3	Taxas de serviços e preços públicos.....	126
4.5	Contribuição de melhoria	129
4.5.1	Fundamentos.....	130
4.5.2	Fato gerador e características.....	131
4.5.3	Requisitos mínimos	132
4.5.4	Base de cálculo.....	133
4.5.5	Limites global e individual	133
4.5.6	O Dec.-lei 195/1967.....	133
4.6	Empréstimos compulsórios	134
4.6.1	Pressupostos constitucionais para a instituição.....	135
4.7	Contribuições especiais	137
4.7.1	Natureza jurídica	138
4.7.2	Classificação	138
4.7.2.1	Contribuições Especiais.....	140
4.7.2.2	Contribuições específicas	148
4.7.3	Outras regras constitucionais sobre as contribuições especiais ...	154
4.7.4	Jurisprudência STF	155
4.7.5	Jurisprudência STJ.....	157
4.7.6	Análise de textos e atividades com jurisprudência	157
4.7.7	Leitura recomendada	159

Capítulo 5
O DIREITO TRIBUTÁRIO E SUAS FONTES:
A LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

5.1	O Direito Tributário	161
5.2	O Direito Tributário e suas fontes	163
5.2.1	Fontes materiais: a dimensão fática do Direito	165
5.2.2	Fontes axiológicas: a dimensão valorativa do Direito	167
5.2.3	Fontes formais: a dimensão normativa do Direito	168
5.3	Legislação tributária.....	170
5.3.1	Hierarquia das normas.....	171
5.3.1.1	Constituição Federal e emendas constitucionais.....	172
5.3.1.2	Leis complementares	173
5.3.1.3	Leis ordinárias	177
5.3.1.4	Leis delegadas	178

5.3.1.5	Medidas provisórias	178
5.3.1.6	Decretos legislativos	180
5.3.1.7	Tratados e convenções internacionais.....	180
5.3.1.8	Resoluções	182
5.3.1.9	Os decretos	183
5.3.1.10	As normas complementares.....	184
5.4	Aplicação da legislação tributária	185
5.5	Vigência da legislação tributária	191
5.5.1	No âmbito temporal.....	192
5.5.2	No âmbito espacial	194
5.6	Integração da legislação tributária	195
5.7	Interpretação da legislação tributária.....	198
5.7.1	Métodos de interpretação	200
5.8	Jurisprudência STF	204
5.9	Jurisprudência STJ	205
5.10	Atividades com jurisprudência	206
5.11	Leitura recomendada	207

Capítulo 6 SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

6.1	O poder de tributar	209
6.2	O Sistema Tributário Nacional	210
6.2.1	Competência tributária.....	212
6.2.1.1	Competência tributária e capacidade tributária ativa .	215
6.2.1.2	Classificação	216
6.2.2	Limitações constitucionais ao poder de tributar.....	222
6.2.2.1	Princípios.....	223
6.2.2.2	Imunidades	264
6.2.3	Repartição da receita tributária.....	291
6.2.3.1	Transferências diretas	293
6.2.3.2	Transferências indiretas	294
6.3	Jurisprudência STF	300
6.4	Jurisprudência STJ	302
6.5	Tempo de refletir: poder de tributar, de isentar e de punir.....	302
6.6	Leitura recomendada	305

Capítulo 7 DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

7.1	Relação jurídica.....	307
-----	-----------------------	-----

7.2	A obrigação tributária	309
7.2.1	O sujeito ativo da obrigação tributária.....	310
7.2.2	O sujeito passivo da obrigação tributária.....	312
7.2.2.1	Solidariedade entre os sujeitos passivos.....	316
7.2.2.2	Capacidade tributária do sujeito passivo	324
7.2.2.3	Domicílio do sujeito passivo.....	327
7.2.3	Causa da obrigação tributária: a lei.....	329
7.2.4	Causa da obrigação tributária: o fato gerador	330
7.2.4.1	Classificação dos fatos geradores	332
7.2.4.2	Momento da ocorrência do fato gerador.....	334
7.2.5	Tipologia da obrigação tributária.....	339
7.2.5.1	A obrigação tributária principal: configuração normativa e objeto	340
7.2.5.2	A obrigação tributária acessória: configuração normativa e seu objeto	342
7.3	Jurisprudência STF	346
7.4	Jurisprudência STJ	346
7.5	Atividade coletiva	347
7.6	Leitura recomendada	348

Capítulo 8 RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA

8.1	O responsável no esquema estrutural da obrigação tributária	349
8.2	Conceito de responsabilidade tributária	350
8.3	Tipologia da responsabilidade tributária.....	353
8.3.1	Responsabilidade tributária por substituição convencional ou pura	357
8.3.2	Responsabilidade tributária por substituição para trás, antecedente ou regressiva	358
8.3.3	Responsabilidade tributária por substituição para frente, subsequente ou progressiva	359
8.3.4	Responsabilidade tributária por substituição e tributação monofásica.....	364
8.3.5	Responsabilidade por transferência	369
8.3.5.1	Responsabilidade dos sucessores	369
8.3.5.2	Responsabilidade de terceiros	383
8.3.5.3	Responsabilidade por infrações	395
8.4	Jurisprudência STF	400
8.5	Jurisprudência STJ	401

8.6	Questões OAB	403
8.7	Estudo de caso	404
8.8	Leitura recomendada	405

Capítulo 9
CRÉDITO TRIBUTÁRIO

9.1	Da obrigação ao crédito tributário: fenomenologia da transformação	407
9.2	Do lançamento tributário.....	411
9.2.1	Características	412
9.2.2	Natureza jurídica e aplicabilidade da lei vigente à época do fato gerador	417
9.2.3	Aplicação da lei vigente na época do lançamento	419
9.2.4	Lei aplicável nos impostos lançados por períodos certos de tempo.....	420
9.2.5	Modalidades	421
9.2.5.1	Lançamento de ofício (direto)	422
9.2.5.2	Lançamento por declaração (misto)	423
9.2.5.3	Lançamento por homologação	424
9.2.6	Definitividade e alteração do lançamento	427
9.2.6.1	Modificação de critérios jurídicos (erro de fato e erro de direito).....	431
9.3	Exclusão do crédito tributário	432
9.3.1	Isenções	433
9.3.2	Anistia.....	439
9.4	Suspensão da exigibilidade do crédito tributário.....	441
9.4.1	Moratória	443
9.4.2	Parcelamento	446
9.4.3	Depósito do montante integral	448
9.4.4	As reclamações e os recursos	449
9.4.5	Medida liminar em mandado de segurança, em outras ações judiciais e tutela antecipada.....	453
9.5	Extinção do crédito tributário.....	458
9.5.1	Pagamento	459
9.5.1.1	Local do pagamento.....	460
9.5.1.2	Momento do pagamento.....	460
9.5.1.3	Juros de mora e demais acréscimos	461
9.5.1.4	Modo de pagamento	462
9.5.1.5	Imputração do pagamento	463
9.5.1.6	Pagamento indevido e repetição do indébito	468

9.5.1.7	Pagamento por consignação	480
9.5.2	Compensação	482
9.5.3	Transação	484
9.5.4	Remissão	484
9.5.5	Decadência e prescrição	486
9.5.5.1	Contagem do prazo decadencial	490
9.5.5.2	Lançamento para prevenir a decadência	497
9.5.5.3	Contagem do prazo prescricional	499
9.5.5.4	Prescrição intercorrente	504
9.5.6	Demais modalidades de extinção do crédito tributário	506
9.6	Garantias e privilégios do crédito tributário	507
9.6.1	Fundamentos principiológicos	508
9.6.2	As garantias	509
9.6.3	Preferências	516
9.6.4	Fora do processo de falência	516
9.6.5	Na falência	517
9.6.6	Crédito tributário e concurso de credores	518
9.7	Jurisprudência STF	520
9.8	Jurisprudência STJ	521
9.9	Estudo de caso	523
9.10	Leitura recomendada	525

Capítulo 10 ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

10.1	Caráter constitucional da Administração Tributária	527
10.2	Fiscalização	528
10.2.1	Dever de informação ao Fisco <i>versus</i> sigilo profissional	531
10.2.2	Sigilo bancário	532
10.2.3	Sigilo fiscal	535
10.3	Dívida ativa	542
10.4	Certidões negativas	546
10.5	Jurisprudência STF	547
10.6	Jurisprudência STJ	549
10.7	Atividade de fixação	550
10.8	Leitura recomendada	552

Capítulo 11 INFRAÇÕES E CRIMES TRIBUTÁRIOS

11.1	Infrações e crimes tributários	553
------	--------------------------------------	-----

11.2	Da norma geral antielisiva.....	559
11.3	Classificação das infrações tributárias.....	560
11.4	Sanções das infrações tributárias	564
11.4.1	Penalidades pecuniárias.....	565
11.4.2	Outras sanções.....	568
11.5	Crimes fiscais	572
11.5.1	Crimes contra a ordem tributária	577
11.5.2	Crime de contrabando ou de descaminho	580
11.5.3	Crimes contra a Previdência Social.....	583
11.6	Da representação fiscal para fins penais e extinção da punibilidade	589
11.7	Jurisprudência STF	592
11.8	Jurisprudência STJ	593
11.9	Exame OAB.....	593
11.10	Leitura Recomendada	594

Parte II IMPOSTOS EM ESPÉCIE

Introdução

A criação <i>in abstrato</i> do tributo: A regra de incidência tributária.....	597
--	-----

Capítulo 1 IMPOSTOS MUNICIPAIS

1.1	Imposto sobre serviços de qualquer natureza	610
1.1.1	Breve histórico	610
1.1.2	Características gerais	611
1.1.3	Perfil constitucional.....	612
1.1.4	Incidência	612
1.1.5	Imunidades.....	617
1.1.6	Papel da lei complementar.....	617
1.1.7	Fundos de combate à pobreza.....	618
1.1.8	Aliquotas mínima e máxima	618
1.1.9	Concessão de isenções, benefícios e incentivos fiscais	619
1.1.10	O ISS na LC 116/2003.....	620
1.1.11	Fato gerador.....	620
1.1.12	Natureza jurídica da lista de serviços.....	622
1.1.13	Prestação de serviços com fornecimento de mercadorias	622
1.1.14	Não incidência.....	626
1.1.15	Local da prestação de serviço.....	626
1.1.16	Contribuintes	631

1.1.17	Responsáveis.....	631
1.1.18	Base de cálculo.....	632
1.1.19	O ISS no contexto do Simples Nacional.....	636
1.1.20	Síntese 1: Panorama geral do ISS	638
1.1.21	Síntese 2: Regra matriz de incidência tributária do ISS na LC 116/2003.....	639
1.1.22	Estudo de caso: a regra matriz de incidência do ISS do Município de São Paulo/SP	639
1.1.23	Jurisprudência selecionada.....	641
1.1.24	Atividade com jurisprudência.....	642
1.2	Imposto sobre propriedade territorial urbana – IPTU.....	643
1.2.1	Breve histórico	643
1.2.2	Características gerais	643
1.2.3	Perfil constitucional.....	644
1.2.4	Princípio específico: progressividade fiscal e extrafiscal.....	644
1.2.5	Aumento da base de cálculo: exceção à noventena	648
1.2.6	Imunidades	648
1.2.7	O IPTU no CTN.....	649
1.2.8	Fato gerador.....	649
1.2.9	Zona urbana e zona rural.....	652
1.2.10	Base de cálculo.....	657
1.2.11	Contribuintes	659
1.2.12	Síntese 1: panorama geral do IPTU	659
1.2.13	Estudo de caso: Regra matriz de incidência do IPTU do Município do Rio de Janeiro.....	660
1.2.14	Jurisprudência selecionada.....	662
1.2.15	Atividade.....	662
1.3	Imposto sobre a transmissão sobre bens imóveis.....	663
1.3.1	Breve histórico	663
1.3.2	Características gerais	664
1.3.3	Perfil constitucional.....	664
1.3.4	ITBI vs. ITCMD	664
1.3.5	Imunidades específicas	666
1.3.6	Alíquotas.....	669
1.3.7	O ITBI no CTN	670
1.3.8	Fato gerador.....	670
1.3.9	Base de cálculo.....	675
1.3.10	Contribuintes	675

1.3.11	Síntese 1: panorama geral do ITBI	676
1.3.12	Estudo de caso: A regra matriz de incidência do ITBI do Município de João Pessoa.....	677
1.3.13	Jurisprudência selecionada	679
1.3.14	Atividades	680
Capítulo 2		
IMPOSTOS ESTADUAIS		
2.1	Imposto sobre a transmissão <i>causa mortis</i> e doação	684
2.1.1	Breve histórico	684
2.1.2	Características gerais	684
2.1.3	Perfil constitucional.....	684
2.1.3.1	ITCMD <i>versus</i> ITBI	684
2.1.4	Fixação da alíquota máxima	688
2.1.5	O ITCD no CTN	689
2.1.5.1	Fato gerador.....	689
2.1.5.2	Base de cálculo	690
2.1.5.3	Contribuintes.....	691
2.1.6	Síntese 1: Panorama geral do ITCD	691
2.2	Síntese 2: Regra matriz de incidência do ITCMD.....	692
2.2.1	Regra matriz de incidência do ITCMD no Estado da Paraíba	692
2.2.2	Jurisprudência selecionada	694
2.2.3	Atividade.....	694
2.3	Imposto sobre a propriedade de veículos automotores	694
2.3.1	Breve histórico	694
2.3.2	Características gerais do imposto	695
2.3.3	Perfil constitucional.....	695
2.3.3.1	Imunidades	696
2.3.3.2	Alíquotas.....	696
2.3.3.3	Exceção à noventena quanto à majoração da base de cálculo	697
2.3.3.4	Repartição da receita tributária.....	697
2.3.4	Aspectos nucleares da incidência.....	697
2.3.5	Síntese 1: Panorama geral do IPVA	698
2.3.6	Estudo de caso: regra matriz de incidência do IPVA do Estado de Minas Gerais	698
2.4	Jurisprudência selecionada	700
2.4.1	Atividade	700

2.5	Imposto sobre a circulação de mercadorias e de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicações	701
2.5.1	Breve histórico	701
2.5.2	Características gerais	702
2.5.3	Perfil constitucional e tratamento do ICMS na Lei Complementar 87/1996.....	702
2.5.3.1	Entidade competente	703
2.5.3.2	Incidência	704
2.5.3.3	Imunidades	709
2.5.3.4	Não incidência	711
2.5.3.5	Principiologia	713
2.5.3.6	Fato gerador.....	720
2.5.3.7	Aliquotas.....	723
2.5.3.8	Base de cálculo.....	736
2.5.4	Contribuintes	740
2.5.5	Responsáveis.....	741
2.5.6	Concessão e revogação de benefícios fiscais	741
2.5.7	Repartição da receita tributária.....	742
2.5.8	Fundo de combate à pobreza	743
2.5.9	Jurisprudência selecionada:.....	743
2.5.10	Atividades	745

Capítulo 3 IMPOSTOS FEDERAIS

3.1	Impostos sobre o comércio exterior	747
3.1.1	Imposto sobre a importação.....	747
3.1.1.1	Características gerais	748
3.1.1.2	Perfil constitucional.....	748
3.1.1.3	O Imposto de importação no CTN	748
3.1.1.4	Incidência	749
3.1.1.5	Não incidência	749
3.1.1.6	Fato gerador.....	750
3.1.1.7	Contribuintes.....	751
3.1.1.8	Responsáveis.....	752
3.1.1.9	Base de cálculo.....	753
3.1.1.10	Aliquotas.....	754
3.1.1.13	Regime de tributação unificada.....	755
3.1.1.14	Jurisprudência selecionada.....	756
3.1.1.15	Atividades	757

3.1.2	Imposto sobre a exportação	757
3.1.2.1	Perfil constitucional e características.....	757
3.1.2.2	O Imposto sobre a exportação no CTN	758
3.1.2.3	Base de cálculo.....	759
3.1.2.4	Alíquotas.....	759
3.1.2.5	Contribuintes.....	760
3.1.3	Regimes aduaneiros especiais e aplicados a áreas especiais	761
3.1.4	Jurisprudência selecionada	766
3.1.5	Atividade.....	767
3.2	Impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza	767
3.2.1	Breve histórico	767
3.2.2	Características gerais	768
3.2.3	Perfil constitucional.....	768
3.2.3.1	Entidade competente e principiologia	768
3.2.3.2	Progressividade	769
3.2.3.3	Universalidade	770
3.2.3.4	Generalidade.....	771
3.2.3.5	Exceção à Noventena.....	772
3.2.3.6	Imunidades	772
3.2.3.7	Repetição de receita	773
3.2.4	O Imposto sobre a renda no Código Tributário Nacional	774
3.2.4.1	Fato gerador.....	774
3.2.4.2	Base de cálculo.....	776
3.2.4.3	Contribuintes e responsáveis.....	777
3.2.5	Imposto sobre a renda das pessoas físicas – O IRPF	778
3.2.5.1	Apuração mensal	781
3.2.5.2	Apuração anual	786
3.2.6	Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ.....	789
3.2.6.1	Determinação do lucro real e alíquotas.....	796
3.2.6.2	Lucro presumido	799
3.2.6.3	Lucro arbitrado	801
3.2.7	Jurisprudência	803
3.2.8	Atividades	804
3.3	Imposto sobre produtos industrializados.....	805
3.3.1	Breve histórico	805
3.3.2	Características gerais	806
3.3.3	Entidade competente e principiologia	807

3.3.3.1 Seletividade.....	807
3.3.3.2 Não cumulatividade.....	809
3.3.4 Impossibilidade de correção monetária de créditos escriturais	816
3.3.5 Exceção à estrita legalidade em relação à majoração de alíquotas	817
3.3.6 Exceção ao princípio da anterioridade.....	817
3.3.7 Imunidades.....	818
3.3.8 Repartição da receita.....	821
3.3.9 O IPI no CTN.....	823
3.3.9.1 Incidência e fato gerador	823
3.3.9.2 Base de cálculo.....	829
3.3.9.3 Contribuintes.....	830
3.3.9.4 Responsáveis.....	831
3.3.9.5 Alíquotas.....	833
3.3.9.6 Síntese 1: Panorama geral do imposto	835
3.3.9.7 Síntese 2: Industrialização e suas espécies	836
3.3.10 Jurisprudência selecionada.....	837
3.3.11 Atividades	838
 3.4 Imposto sobre operações de crédito, câmbio, seguros e valores mobiliários – IOF	839
3.4.1 Breve histórico	839
3.4.2 Perfil constitucional e características gerais	840
3.4.3 O IOF no CTN	840
3.4.3.1 Fato gerador.....	841
3.4.3.2 Base de cálculo.....	841
3.4.4 IOF sobre o ouro ativo financeiro ou instrumento cambial.....	842
3.4.5 Aspectos gerais do IOF na legislação instituidora do imposto...	844
3.4.6 Jurisprudência selecionada.....	850
3.4.7 Atividade.....	851
 3.5 Imposto territorial rural.....	851
3.5.1 Breve histórico	851
3.5.2 Perfil constitucional.....	852
3.5.2.1 Imunidades.....	852
3.5.2.2 Repartição da receita.....	853
3.5.2.3 Extrafiscalidade do ITR	854
3.5.3 O ITR no CTN	854
3.5.4 O ITR na Lei 9.393/1996	856
3.5.4.1 Fato gerador.....	856

3.5.4.2	Aspecto temporal.....	856
3.5.4.3	Aspecto espacial.....	856
3.5.4.4	Aspecto pessoal: o sujeito ativo	857
3.5.4.5	Aspecto pessoal: o sujeito passivo	857
3.5.4.6	Aspecto valorativo	857
3.5.5	Jurisprudência selecionada.....	860
3.5.6	Atividade	860
	Bibliografia.....	861